Proc. TC-011.318/2008-5
Tomada de Contas Especial
Recurso de Reconsideração

Parecer

Na presente fase de exame de admissibilidade, propõe a Unidade Técnica não se conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pela Senhora Érika Hatano Routledge aos termos do Acórdão n.º 740/2017-TCU-Plenário, em virtude da intempestividade da peça e da falta de apresentação de fatos novos, na forma do art. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei n.º 8.443/92 c/c o art. 285, *caput* e § 2.º, do Regimento Interno/TCU (peças 140, 243 e 258/260).

2. A nosso ver, assiste razão à Unidade Técnica. Especificamente quanto à perda do prazo originário de 15 (quinze) dias na interposição do Recurso de Reconsideração, acrescentamos agora que a ausência de manifestação do Tribunal, até a atualidade, acerca do pedido de prorrogação de prazo recursal protocolizado pela recorrente em 28/7/2017 (no terceiro dia após o recebimento da notificação acerca do Acórdão n.º 1441/2017-TCU-Plenário, proferido em sede de embargos de declaração; peças 218/219) não implica ofensa ao princípio do contraditório e da ampla defesa ou outra forma de prejuízo processual aos interesses da recorrente que possa afastar a referida intempestividade. Isso porque, a par de inexistir previsão legal ou regulamentar para amparar a possibilidade de prorrogação de prazo recursal, se verifica que, uma vez opostos os embargos de declaração, restou suspenso o decurso de prazo para interpor a modalidade de recurso de reconsideração por cerca de dois meses e meio – entre as datas 10/5/2017 e 24/7/2017, referentes à entrega da notificação acerca dos Acórdãos n.ºs 740/2017 e 1441/2017 do Plenário, respectivamente –, período esse que desconstitui a alegação da requerente sobre a necessidade de tempo adicional para examinar o volume de peças processuais.

3. Além disso, na mesma linha de entendimento da Unidade Técnica, a admissibilidade do recurso interposto também resta inviável de ser concedida relativamente ao interregno de 180 (cento e oitenta) dias previsto no art. 285, § 2.º, do Regimento Interno/TCU, ante a falta de superveniência de fatos novos na peça recursal.

4. Diante do exposto, esta representante do Ministério Público manifesta-se de acordo com a proposta da Unidade Técnica, nos termos da instrução e do parecer às peças 258/260, por não se conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pela Senhora Érika Hatano Routledge aos termos do Acórdão n.º 740/2017-TCU-Plenário, em virtude da intempestividade da peça e da falta de superveniência de fatos novos, na forma do art. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei n.º 8.443/92 c/c o art. 285, *caput* e § 2.º, do Regimento Interno/TCU.

Ministério Público, 13 de dezembro de 2017.

Cristina Machado da Costa e Silva
Procuradora-Geral